

# Sumário

Apresentação .....	xiii
<b>I – A Constitucionalização do Direito Tributário .....</b>	<b>1</b>
1) Introdução .....	1
2) O Direito Tributário nos Dispositivos Constitucionais .....	2
2.1) As Declarações de Direitos dos Contribuintes .....	2
2.2) As Repartições de Competências Tributárias .....	5
3) Os Valores Constitucionais Tributários.....	7
3.1) O Ressurgimento da Capacidade Contributiva como Elemento Legitimador do Ordenamento Tributário .....	7
3.2) Os Valores Constitucionais Aplicados à Lei Tributária .....	11
4) Conclusão .....	21
<b>II – Globalização, Sociedade de Risco e Segurança .....</b>	<b>25</b>
<b>III – A Segurança dos Direitos Fundamentais do Contribuinte na Sociedade de Risco .....</b>	<b>43</b>
1) Introdução: O Processo Histórico e a Segurança Jurídica .....	43
2) A Sociedade de Risco.....	53
3) Direitos dos Contribuintes, Ambivalência Fiscal e Legalidade.....	60
4) Conclusão: A Segurança Jurídica Plural e suas Conseqüências no Direito Tributário .....	65
<b>IV – Da Legalidade à Juridicidade Tributária .....</b>	<b>69</b>
<b>V – A Tipicidade Tributária .....</b>	<b>81</b>
1) Determinação e Abstração .....	81
2) Os Conceitos de Direito .....	86
2.1) Os Conceitos Abstratos .....	88
2.2) Os Tipos .....	91
3) A Hipótese de Incidência Tributária e o Tipo .....	96
<b>VI – Conceitos Indeterminados, Discricionariedade e Tributação .....</b>	<b>105</b>
1) O Direito e a Imprecisão Conceitual .....	105
2) Conceitos Indeterminados e Discricionariedade .....	107
3) Reserva Legal Tributária e os Conceitos Indeterminados .....	116
4) Os Limites à Atribuição Normativa ao Regulamento Tributário .....	124
<b>VII – A Função da Lei Complementar Tributária.....</b>	<b>129</b>
<b>VIII – A Medida Provisória em Matéria Tributária .....</b>	<b>139</b>

<b>IX – O Princípio da Irretroatividade Tributária</b> .....	143
1) A Retroatividade das Leis e a Retroatividade Tributária .....	143
2) A Irretroatividade e o Fato Gerador Complexivo.....	149
3) A Retroatividade no Direito Tributário .....	151
3.1) As Leis Interpretativas .....	152
3.1.1) A Interpretação Autêntica na LC nº 118/05 .....	155
3.2) A Norma Tributária Sancionatória.....	157
3.3) As Leis que Estabelecem Novos Critérios de Apuração e Fiscalização do Tributo .....	159
<b>X – O Princípio da Proteção à Confiança Legítima No Direito Tributário</b> .....	163
1) O Princípio da Proteção à Confiança Legítima no Direito Tributário..	163
2) A Proteção à confiança e a Mudança na Interpretação Administrativa..	166
3) A Proteção à Confiança nos Atos Administrativos sem Fundamento Legal e na Valoração dos Fatos .....	168
3.1) A Proteção à Confiança e os Benefícios Fiscais de ICMS sem Convênio.....	172
4) A Proteção à Confiança e o Controle da Constitucionalidade da Lei Tributária.....	173
5) Os Efeitos Prospectivos de Decisão sobre a Constitucionalidade de Lei Tributária.....	178
<b>XI – O Princípio da Anterioridade Tributária</b> .....	183
1) Introdução .....	183
2) Temporariedade, Anualidade e Anterioridade .....	183
3) A Evolução no Brasil: da Anualidade à Anterioridade.....	186
4) O Princípio da Anterioridade Tributária na Constituição de 1988.....	189
5) A Anterioridade Nonagesimal .....	192
6) A Noventena Constitucional.....	193
7) A Anterioridade e as Emendas Constitucionais.....	195
8) A Revogação de Isenção e a Anterioridade.....	200
<b>XII – O Princípio da Capacidade Contributiva</b> .....	203
1) Introdução .....	203
2) Breve Histórico da Capacidade Contributiva.....	205
3) Fundamento, Conteúdo e Extensão do Princípio da Capacidade Contributiva .....	211
4) Conflitos da Capacidade Contributiva com Outros Interesses Almejados pela Tributação.....	222
5) A Capacidade Contributiva como Princípio Interpretativo.....	226
6) Conclusões.....	231
<b>XIII – Competência Tributária</b> .....	235
1) Conceito .....	235
2) Competência Tributária e Sujeição Ativa. Indelegabilidade.....	236
3) Classificação .....	236

3.1) Competência Exclusiva .....	237
3.2) Competência Comum.....	237
3.3) Competência Residual.....	238
3.4) Competência Extraordinária.....	239
4) Critérios para Partilha da Competência Tributária .....	239
4.1) Nos Impostos – Fato Gerador .....	239
4.1.1) Impostos da União – art. 153.....	240
4.1.2) Impostos dos Estados – art. 155.....	240
4.1.3) Impostos dos Municípios – art. 156 .....	240
4.2) Nos Tributos Vinculados – Competência para a Atividade Estatal.....	240
5) Conflitos de Competência .....	241
5.1) Bitributação.....	242
6) Competência Tributária e Federalismo Fiscal.....	244
<b>XIV – Federalismo Fiscal e Reforma Tributária .....</b>	<b>249</b>
1) Introdução .....	249
2) Federalismo: Evolução Histórica .....	250
3) Federalismo: Conceito e Elementos Constitutivos .....	251
4) Formas de Federalismo no Estado Contemporâneo .....	254
5) Federalismo Fiscal e a Distribuição de Rendas e Atribuições.....	256
6) Federalismo e Centralização Fiscal no Brasil.....	259
7) Conclusão .....	266
<b>XV – A Interpretação da Lei Tributária .....</b>	<b>267</b>
1) Introdução .....	267
2) Os Métodos de Interpretação e sua Evolução Histórica.....	267
2.1) A Jurisprudência dos Conceitos e o Método Sistemático .....	268
2.2) A Jurisprudência dos Interesses e o Método Teleológico .....	270
2.3) A Jurisprudência dos Valores e a Pluralidade Metodológica.....	275
3) A Interpretação no Direito Tributário Brasileiro .....	284
<b>XVI – A Elisão Fiscal e a Cláusula Geral Antielisiva .....</b>	<b>289</b>
1) Introdução .....	289
2) O Combate à Elisão e a Teoria do Abuso de Direito.....	289
2.1) Conceito e Requisitos do Abuso de Direito .....	289
2.2) O Abuso de Direito no Direito Tributário.....	290
2.2.1) Requisitos da Elisão Abusiva .....	290
2.2.2) Distinção entre Abuso de Direito e Simulação.....	292
2.2.3) Modalidades de Elisão Abusiva .....	293
2.2.4) Abuso de Direito e Licitude.....	296
3) O Combate à Elisão e as Cláusulas Antielisivas .....	297
3.1) As Cláusulas Antielisivas no Direito Comparado.....	298
4) As Cláusulas Antielisivas no Brasil.....	301
4.1) A Cláusula Geral Antielisiva do Parágrafo Único do Artigo 116 do CTN .....	301



4.2) A Ausência de Regulamentação da Cláusula Geral Antielisiva.....	304
5) Conclusões.....	304
<b>XVII – A Natureza Interpretativa do Art. 129 da Lei nº 11.196/05 e o Combate à Elisão Abusiva na Prestação de Serviços de Natureza Científica, Artística e Cultural</b> .....	307
1) Introdução .....	307
2) A Prestação de Serviços Científicos, Artísticos e Culturais e a Tutela Trabalhista.....	308
3) O Combate à Elisão Abusiva e seus Limites.....	311
4) O Art. 129 da Lei nº 11.196/05: Legitimidade, Alcance e Aplicação ...	315
5) Conclusão .....	318
<b>XVIII – O Fato Gerador da Obrigação Tributária como Acoplamento Estrutural entre o Sistema Econômico e o Sistema Jurídico</b> .....	319
1) Introdução .....	319
2) O Direito e a Economia na Teoria dos Sistemas Autopoiéticos.....	320
3) O Fato Gerador da Obrigação Tributária como Acoplamento Estrutural entre o Direito Tributário e a Economia .....	321
4) Conclusão .....	338
<b>XIX Os Elementos Constitutivos da Definição de Imposto</b> .....	339
1) Introdução .....	339
2) Breve Histórico .....	340
3) Conceito de Imposto e os Elementos Constitutivos da Definição.....	342
A) Elementos Comuns à Definição de Tributo.....	346
B) Elemento de Distinção em Relação a outras Espécies Tributárias: o Fato Gerador.....	347
C) O Elemento de Legitimação: a Capacidade Contributiva .....	348
D) O Elemento Finalístico: a Destinação do Produto da Arrecadação do Imposto.....	353
<b>XX – A Não-Cumulatividade do PIS e da Cofins</b> .....	357
1) Introdução .....	357
2) A Não-Cumulatividade e a Tributação sobre o Faturamento.....	357
3) A Não-Cumulatividade das Leis 10.637/02 e 10.883/03 e o Princípio da Isonomia .....	360
4) O Creditamento das Despesas Necessárias: o Caso da Mão-de-Obra das Pessoas Físicas .....	367
5) Conclusão .....	369
<b>XXI – A Prescrição e a Decadência do Crédito Tributário</b> .....	371
1) Introdução .....	371
2) Decadência e Prescrição e os seus Conceitos na Teoria Geral do Direito.....	372
3) A Decadência e a Prescrição no Direito Tributário.....	377
4) A Decadência Tributária no Direito Brasileiro.....	380

5) A Prescrição Tributária no Direito Brasileiro.....	383
5.1) Causas de Suspensão da Prescrição .....	384
5.2) Causas de Interrupção da Prescrição .....	386
5.3) A Prescrição Intercorrente.....	388
6) Conclusões.....	388
<b>XXII – Tratamento Diferenciado para as Microempresas e os Regimes Simplificados na Constituição.....</b>	<b>391</b>
1) Introdução.....	391
2) Fundamento Constitucional do Tratamento Diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte .....	393
3) Vedações Legais à Adesão ao Regime Simplificado.....	395
4) Exclusões do Regime Simplificado .....	398
5) O Regime Unificado e a Federação .....	400
6) Conclusões.....	401